



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
 RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

SENTENÇA

Processo nº: **1003960-11.2015.8.26.0037**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Medicamentos**
 Requerente: **Silmara Cristina Rodrigues Fusco**
 Requerido: **'Município de Araraquara e outro**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **João Baptista Galhardo Júnior**

Vistos.

SILMARA CRISTINA RODRIGUES FUSCO ingressou com AÇÃO CONDENATÓRIA EM OBRIGAÇÃO DE FAZER, COM PEDIDO DE LIMINAR em face do **MUNICÍPIO DE ARARAQUARA** e da **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**, visando o fornecimento de insumos. Alegou ser portadora de humor afetivo orgânico (CID: F06.3), necessitando para seu tratamento, por recomendação médica, dos insumos *Leite Itambé desnatado – 400mg (15latas/mês) e Vitamina Nutrem – 400gr (10latas/mês)*, não dispondo de condições financeiras para sua aquisição. Requereu a concessão da tutela antecipada e pleiteou a condenação dos réus a fornecerem-lhe, gratuitamente, os insumos na quantidade recomendada.

Com a inicial (fls. 01/07), vieram os documentos (fls. 08/29).

Concedida a gratuidade judiciária e deferida a tutela antecipada (fl. 37).

Citada, a Fazenda Pública do Estado de São Paulo, contestou a ação (fls. 58/67), alegando em síntese, da falta de receituário médico fornecido pelo SUS, pois a autora não é usuária da rede pública de saúde, mas sim de convênio médico particular UNIMED, dessa forma, não se pode sustentar que o Estado esteja sendo omisso quanto à prestação dos serviços de saúde pública. Requereu a improcedência da ação.

Citado, o Município de Araraquara, contestou a ação (fls. 78/82), alegando, em síntese, que não há prova inequívoca da imprescindibilidade para a vida e saúde da autora e que não restou demonstrada a incapacidade material da mesma ou de seus familiares para adquirir os insumos pleiteados com recursos próprios. Requereu a improcedência da ação.

Réplica às fls. 91/98.

Saneador a fl. 169.

Laudo do IMESC juntado às fls. 262/269.

É o relatório.

Fundamento e Decido.

É de responsabilidade de todos os entes públicos federados, União, Estados e Municípios o fornecimento gratuito de tratamento médico e cirúrgico aos cidadãos carentes de recursos financeiros, para a cura de doenças graves que lhes acometem, mediante prescrição médica.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE ARARAQUARA
FORO DE ARARAQUARA
1º VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425

Contudo, verifica-se ser necessária a existência de dois requisitos para a concessão de medicamentos, quais sejam, a imprescindibilidade do medicamento e a ausência de condições financeiras para obtê-lo. Esta é a única interpretação razoável da Lei n. 11.347/2006, pois é inconcebível e atenta até contra o princípio da moralidade que o Estado seja obrigado a fornecer gratuitamente remédios a quem tem capacidade financeira para adquiri-los, sob pena de falência total do sistema, por falta de recursos disponíveis. Realmente, o orçamento é finito, razão pela qual devem ser atendidas as pessoas que realmente não podem arcar com os custos dos medicamentos.

In casu, verifica-se que o laudo do IMESC apontou que os insumos pleiteados não apresentam indicação para o tratamento da patologia apresentada pela autora.

Nesta senda, não restou comprovada a imprescindibilidade do que foi solicitado, o que leva à improcedência da ação.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, condenando a autora ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios que fixo em R\$400,00 (quatrocentos reais) em favor de cada um dos requeridos, com fulcro no art. 85, § 3º, do CPC, ressalvada a justiça gratuita.

P.I.C.

Araraquara, 06 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**